

Globalização e neoliberalismo na crise estrutural do capital: rebatimentos na educação

José Deribaldo Gomes dos Santos
Maria Escolástica de Moura Santos

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os rebatimentos da crise estrutural do capital na educação. Para debater essa questão, a exposição é dividida em quatro momentos distintos, mas interrelacionados: a caracterização da crise estrutural do capital e suas influências nas políticas de Estado; a contextualização do binômio global-neoliberal; a discussão dos impactos das políticas de ajustes neoliberais na educação pública; e, por fim, a apresentação das considerações para o debate. Do ponto de vista teórico-metodológico, este texto se apoia no Materialismo Histórico e Dialético, principalmente nas categorias utilizadas por István Mészáros para explicar a crise do capitalismo contemporâneo e inferir, em linhas gerais, que o neoliberalismo seria responsável por propor uma nova leitura político-econômica da realidade. A globalização, por seu turno, ficaria com a missão de garantir a condição ideológico-cultural capaz de fazer com que todos os habitantes de uma suposta aldeia global se sintam incluídos no mar de usufrutos dos bens produzidos pelo capitalismo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Globalização. Crise Estrutural do Capital. Educação.

José Deribaldo Gomes dos Santos

Universidade Estadual do Ceará - UECE

E-mail: deribaldo.santos@uece.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7915-0885>

Maria Escolástica de Moura Santos

Universidade Federal do Piauí - UFPI

E-mail: escol.santos@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3407-9496>

Recebido em: 02/04/2019

Aprovado em: 22/07/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e62914>

Abstract**Notes on Globalization and neoliberalism in the context of the structural crisis of capital**

The article aims to analyze the rebounds of the structural crisis of capital in education. To discuss this issue, the argument is divided into four distinct, yet interrelated moments: the characterization of the structural crisis of capital and its influence on state policies; the contextualization of the global-neoliberal binomial; the discussion of the impacts of neoliberal adjustment policies on public education; and, finally, the presentation of considerations for the debate. From the theoretical-methodological point of view, this text relies on the historical and dialectical materialism, especially the categories used by István Mészáros to explain the crisis of contemporary capitalism and to infer, in general terms, that neoliberalism would be responsible for proposing a new political reading of reality. Globalization, on the other hand, would have the mission of guaranteeing the ideological-cultural condition capable of making all the inhabitants of a supposed global village feel included in the ocean of advantages from the goods produced by capitalism.

Keywords:

Neoliberalism.
Globalization.
Structural Capital
Crisis. Education.

Resumen**Apuntes sobre globalización y neoliberalismo en el contexto de la crisis estructural del capital: rebajas en la educación**

El artículo tiene como objetivo analizar los rebatimentos de la crisis estructural del capital en la educación. Para debatir esta cuestión, la exposición se divide en cuatro momentos distintos, pero intercalados: caracteriza la crisis estructural del capital y sus influencias en las políticas de Estado; contextualiza el binomio global-neoliberal; discute los impactos de las políticas de ajustes neoliberales en la educación pública; y, por último, presenta consideraciones para el debate. Desde el punto de vista teórico-metodológico, el artículo se apoya en el Materialismo Histórico y Dialéctico, principalmente en las categorías utilizadas por István Mészáros para explicar la crisis del capitalismo contemporáneo e inferir, en líneas generales, que el neoliberalismo sería responsable de proponer una nueva lectura política-económica de la realidad. La globalización, por su parte, quedaría con la misión de garantizar la condición ideológico-cultural capaz de hacer que todos los habitantes de una supuesta aldea global se sientan incluidos en el mar de usufructos de los bienes producidos por el capitalismo.

Palabras clave:

Globalización.
Crisis Estructural
del Capital.
Educación.

Introdução

Nosso trabalho objetiva analisar os rebatimentos da crise estrutural do capital na educação. Partimos da hipótese de que a globalização e o neoliberalismo não são disfunções do sistema, mas aspectos necessários para a tentativa de recomposição das perdas do capital em crise profunda. Isso significa que os impactos da crise são sentidos em todos os âmbitos da vida humana, não apenas na esfera social. Teremos como foco os aspectos sociais, mas, de fato, o destaque recai sobre a educação.

No que diz respeito ao aspecto teórico-metodológico, buscamos respaldo no referencial materialista histórico e dialético, sobretudo, nas categorias apresentadas por István Mészáros para explicar a crise do capitalismo contemporâneo e concluir, em linhas gerais, que o neoliberalismo é responsável por propor uma nova leitura político-econômica da realidade, cuja adequação ao capital tentaria melhor responder à falência das políticas totalizantes do Estado de Bem-Estar Social. À globalização, por sua vez, ficaria missão de garantir a condição ideológico-cultural capaz de fazer com que todos os habitantes de uma suposta “aldeia global” se sintam incluídos no mar de usufrutos dos bens produzidos pelo capitalismo.

Para debater essa consideração, organizamos nossa exposição em quatro seções intimamente relacionadas: a primeira caracteriza a crise estrutural do capital e suas influências nas políticas de Estado; a segunda contextualiza o binômio global-neoliberal; a terceira discute os impactos das políticas de ajustes neoliberais na educação pública; e, por fim, a quarta seção apresenta as considerações conclusivas.

Entendemos que, para melhor compreender as reformas educacionais implementadas no contexto atual, faz-se necessário analisarmos as configurações da crise estrutural do capital e as políticas de ajuste neoliberal que buscam a todo custo ampliar a margem de lucro dos grandes capitalistas, não sem prejuízos para classe trabalhadora.

Explicações meszarianas para crise do capitalismo contemporâneo

A partir do conceito de crise estrutural do capital, categorizado por Mészáros (2000, 2002 e 2003), pretendemos entender qual o papel que as categorias *globalização* e neoliberalismo mantêm com a crise do capitalismo contemporâneo. Para introduzir o debate, precisamos apresentar, com esse filósofo, as principais características da crise estrutural do capital. Conforme explicita o autor, no pré-capitalismo, a produção, em sua forma original, ainda era orientada para o uso. O capitalismo passou, em sua evolução histórica, a tratar o trabalho vivo como mera mercadoria, desumanizando-o. Nessas condições, o capital transforma-se em um sistema de controle do metabolismo social, desvalorizando as necessidades humanas, transformando-as em coisas, em objetos de consumo (MÉSZÁROS, 2003).

Segundo o pensador húngaro, a novidade histórica da crise contemporânea manifesta-se em quatro aspectos principais. Primeiramente, seu “caráter é universal, em lugar de restrito à esfera particular (por

exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.)”; depois, apresenta alcance “verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), ao invés de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado)”; em seguida, “sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Por fim, em quarto lugar:

Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Todas as tentativas até o presente, de adaptação do capitalismo à sua crise estrutural, conforme assegura esse filósofo, serviram somente para hibridizar, ainda mais, o sistema do capital. A sempre crescente intromissão do Estado que tenta, com seus recursos, amenizar os efeitos dessa crise sobre o capital pode até servir de base a um equilíbrio momentâneo. No entanto, o apregoador discurso em favor do mercado livre sem a intervenção estatal é, na letra da dura verdade, uma tentativa desesperada de escamotear o fato de que as empresas capitalistas, hoje mais do que nunca, não podem prescindir da ajuda externa do Estado para continuarem acumulando lucros. Isso quer dizer que o capital não poderá, por sua natureza, em nenhuma hipótese, sob pena de comprometer sua reprodução, abrir mão de qualquer elemento de controle social, o que torna as relações sociais cada vez mais apertadas e tensas (MÉSZÁROS, 2000).

Alguns indicativos sociais, como o aumento da concentração de renda, os crescentes índices de pobreza e violência, a elevação do desemprego, do número de desabrigados em todo o mundo, etc. demandam dos gerentes do capital políticas públicas destinadas especificamente a minorar as precárias condições de existência da população pobre. Nesse ponto, o Estado aceita intervir com suas políticas de contenção – compensatórias –, procurando contingenciar as pressões sociais. Para atender a essa demanda, os mecanismos estatais elaboram, sempre em sintonia com os empresários, diversos projetos pretensamente salvadores da humanidade e, geralmente, focalistas e fragmentados. Porém, nenhum deles representa um afrouxamento definitivo dos mecanismos de controle da sociedade, uma vez que, dialeticamente, vale insistir, aqueles problemas são causados pelo próprio sistema metabólico do capital que se encontra em crise profunda (MÉSZÁROS, 2000)¹.

Para que possamos avançar com segurança sobre o que objetivamos entender, torna-se importante diferenciar capital de capitalismo. Rio (2012, p. 236), em diálogo com Mészáros, explica “que o primeiro é anterior ao segundo, bem como lhe pode ser posterior”. Disso a autora conclui que “a identificação de ambos como um mesmo fenômeno levou ao equívoco todas as experiências revolucionárias do século

passado, por mostrarem-se incapazes de romper com o sistema sociometabólico do capital” (RIO, 2012, p. 236). Portanto, para evitar esse erro, é necessário esclarecer que capitalismo é apenas uma das formas pelo qual o capital se realiza. Com as devidas ressalvas sobre as diversas diferenças existentes entre os modos de produção do escravismo e do feudalismo, salientamos, ainda com Rio (2012), que o capitalismo se constitui como a variante histórica mais bem-acabada do capital. Em outras palavras, esse modo produtivo é o que melhor elaborou, em última instância, a ganância, por excelência, dos lucros do capital.

A lógica do capital sob a armadura do capitalismo faz emergir o que Mészáros (2002) denomina de “taxa decrescente do valor de uso das mercadorias”, cujo objetivo é reduzir ao máximo a vida útil dos produtos. Tal tendência tornou-se uma das principais estratégias para a expansão e acumulação de lucros (RIO, p. 2012). Contudo, como vivemos em um quadro de crise, para que o capitalismo continue garantindo o lucro para o capital, é preciso que os produtos, produzidos pelo esforço humano e transformados em mercadoria pelo capitalismo contemporâneo, atendam à tendência de taxa zero de utilização das mercadorias. Dito de outra maneira: para que o capital se aprimore, é preciso que aquelas mercadorias sejam consumidas em menor tempo possível. Desse modo, “o capitalismo contemporâneo aprofundou, sobremaneira, o fosso entre a produção para a satisfação das necessidades humanas e a produção para a auto-reprodução do capital” (RIO, 2012, p. 238).

Sintetizando: como tal crise é marcada pela tendência decrescente da taxa de lucro e pela tendência do uso cada vez menor de cada mercadoria, entre outros fatores, ela teria alcançado, como sustenta Mészáros (2002), os limites do próprio tripé de sustentação do metabolismo do sistema: capital-trabalho-Estado. Desse modo, ainda de acordo com o que escreve o filósofo, o capital põe em curso inúmeras medidas de ordens diversas cujo interesse incessante é o de reformar o Estado a fim de que este favoreça os mecanismos de exploração do capital sobre o trabalho. Mas, para que esse processo se encaixe, as políticas públicas recebem privilegiada atenção dos guardiões do capital.

Para que possamos prosseguir, precisamos esclarecer nossa hipótese de partida sobre o papel que a *globalização* e o neoliberalismo ocupam dentro da atual crise. Entendemos que esses elementos são partes constitutivas da crise e não elementos isolados que agem independente da totalidade social.

Contexto, limites e contradições do binômio global-neoliberal

O fenômeno *globalização*², tal como se apresenta ao mundo, tem a pretensão de ser capaz de solucionar os problemas sociais da contemporaneidade, principalmente aqueles verificados nos países ditos periféricos. Porém, a mundialização do capital não consegue resolver os bárbaros índices de miséria que assolam o mundo. No limite, essa suposta incorporação de cada indivíduo em uma idealista “aldeia global” não é capaz sequer de amenizar tais problemas. O pesquisador James Petras (2005) mostra que, nos últimos 24 anos, a concentração da propriedade privada entre os latino-americanos intensificou-se

significativamente: a diferença entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres, nesse continente, ampliou-se; diversas empresas foram privatizadas, algumas desnacionalizadas; houve transferências bilionárias de recursos financeiros para bancos internacionais. Nos países periféricos, prossegue Petras (2005), foram implementadas duras legislações trabalhistas para desestruturar o sistema previdenciário, e diversas outras conquistas dos trabalhadores foram reformadas pelo Estado alinhado ao mundo globalizado.

O sociólogo Atilio Borón (2002) colabora com nosso debate denunciando que menos de 2% dos diretores das megacorporações americanas são estrangeiros e que mais de 85% de todos os seus desenvolvimentos tecnológicos são originados dentro de suas fronteiras. As empresas Toyota e Sony, por exemplo, são japonesas, assim como a Siemens e a Volkswagen são alemãs, bem como a Coca-Cola e a Exxon são estadunidenses. Quando algum governo que ainda não assimilou a cartilha da lógica global ameaça alguma dessas empresas, não é o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) ou da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que se empenha para resolver o impasse. Os agentes que atuam para proteger os interesses de suas corporações são os embaixadores dos países envolvidos no caso.

Netto e Braz (2008, p. 216) apresentam alguns outros elementos que nos ajudam a entender melhor o que se chama de *globalização*:

A produção ‘rígida’ (taylorista-fordista) é substituída por um tipo diferenciado de produção, que de forma anterior mantém a característica de se realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estatização, buscando atender variabilidades culturais e regionais voltando-se para as peculiaridades de “nichos” particulares de consumo.

A globalização, portanto, existe e é inegável. Marx e Engels (2005, p. 28) já haviam percebido que, “em lugar do antigo isolamento local e da auto-suficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universal”.

Mas como isso acontece? Com o desenvolvimento da grande indústria capitalista, a burguesia percebe a necessidade de explorar o mercado em âmbito mundial, passando a impor, como afirmam esses autores, “um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países”. Em substituição das necessidades satisfeitas pela produção nacional, “encontramos novas necessidades que requerem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos”, antecipam Marx e Engels (2005, p. 29), afirmando em seguida que:

As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou se estão destruindo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam matérias-primas autóctones, mas matérias primas vindas das zonas mais remotas; indústrias cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo.

Hoje chamamos esse fenômeno de *globalização*. Entretanto, precisamos distinguir qual o tipo de *globalização* que está em operação no mundo atual. Para que fique claro, imaginemos que ocorra uma queda na bolsa de valores de Wall Street. Um agricultor que cultiva sua terra no sertão cearense de Itapajé, cidade localizada no Nordeste brasileiro, ou mesmo na região portuguesa do Baixo Alentejo, em Alvito, por exemplo, serão necessariamente atingidos por essa conturbação financeira que facilmente se espalhará pelo mundo *globalizado*. Nesse caso, é muito provável que o preço das sementes aumente ou que falte adubo químico. No entanto, uma vacina para o câncer da próstata, que porventura seja descoberta nos laboratórios da Bayer alemã, dificilmente chegará até nossos bem-aventurados agricultores. Desculpe a nossa falha: a vacina chegará sim! Bastará, para que isso ocorra ao agricultor, a bem-aventurança de ele poder pagar por ela ou que o Estado o faça pelo agricultor (SANTOS; COSTA, 2012).

Sobre a relação da atual crise com a *globalização*, Netto e Braz (2008, p. 214) afirmam o seguinte: “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inventa-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Outro aspecto fundamental da relação que a dita *globalização* mantém com o atual quadro de crise diz respeito ao maior tráfego de dinheiro. Passa a existir uma maior movimentação de grandes somas de capital, que, através das facilidades encontradas no sistema financeiro, agora flexibilizado, consegue movimentar facilmente elevado montante de dinheiro por intermédio das bolsas de valores espalhadas pelo mundo. Isso permite tanto a entrada como a saída mais rápida de enormes quantidades de capitais, geralmente fictícios, em diversos países.

Essa nova atuação de um capital pulverizado pelas necessidades dos investidores permite enormes facilidades aos detentores de tais operações, o que possibilita, como aponta Harvey (2011), a manipulação do dinheiro conforme seus interesses. Harvey (2011) lembra que esse tipo de jogo financeiro, denominado de *overnight* – operações monetárias que se realizam em um dia e no seguinte são resgatadas – ao mesmo tempo em que causa a impressão, nas nações que a recebem, de estarem mais capitalizadas, traz também o temor quanto ao resgate ou escoamento do destino daquele capital ao gosto do seu especulador.

A pesquisa monográfica de Torres (2014) apresenta interessantes casos de como uma imensa fuga de capitais deixou alguns países à mercê de especuladores e, dialeticamente, sob a dependência de ações salvaguardistas das agências internacionais, a exemplo do FMI e do BM. Em diálogo com Harvey, Torres (2014, p. 28) indica que “esse é um dos novos elementos da *globalização* financeira, a especulação generalizada de capitais fictícios, sem que haja qualquer impedimento legal por parte do Estado”. Segundo Torres (2014), encontramos diversos exemplos desse tipo de especulação financeira com consequências catastróficas para os países que acreditaram no “canto da sereia”. São tantos casos que todos eles não caberiam aqui, por isso, ilustraremos, ainda seguindo o autor, alguns dos mais marcantes: o ataque do

megaespeculador George Soros à libra esterlina inglesa (1992), a crise da “tequila” no México (1994), a desvalorização do rubro na Rússia (1998), a crise no Sudeste Asiático (1997-1998), a crise na Turquia (2000-2001), a onda de especulação nos mercados latino-americanos, em especial no Brasil e na Argentina, no final do século passado e no início deste. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Tomando um caso atual, podemos mencionar, com base em Maia Filho et al. (2014, p. 11), “os movimentos de rebeldia e revolta no pós-crise econômica de 2008 que ocorrem num lapso de tempo relativamente próximo, mas em lugares distantes”. O autor e seus colaboradores esclarecem os casos de: “Wall Street nos EUA, da primavera árabe, ou ainda das manifestações em países tão diversos quanto a Turquia, a Jordânia, a Venezuela, a Ucrânia, e o Brasil, por exemplo” (MAIA FILHO et al., 2014, p. 11).

Desse modo, como mencionado, a *globalização* existe e é um fato insofismável, mas, como se aponta em Santos e Costa (2012), ela é muito mais interessante para o capital e para quem está incluído nesse mundo de benefícios, constituído por aqueles que podem consumir seus maravilhosos frutos, advindos da ciência, da arte, da produção material de mercadorias e do meio ambiente, em detrimento das populações precarizadas pela crise estrutural do capital. Por isso, Mészáros (2011, p. 16), afirma: “Como testemunhamos de maneira constante, a ‘globalização’ é mistificadamente retratada em nossa época pelos interesses próprios dos poderes arraigados como uma extensão não problemática da viabilidade do sistema do capital rumo ao futuro atemporal”. O filósofo húngaro prossegue ponderando que a *globalização* não é um fenômeno totalmente novo, que aparece somente em nossos dias, “representando o clímax afortunadamente eternizável e a realização absolutamente positiva do destino da reprodução societal do capital”. Daí, lembrando Marx e Engels que citamos acima, Mészáros (2008, p. 16 - grifos no original), propõe a seguinte advertência: “Todavia, a inconveniente verdade da questão é que a visão crítica marxiana era inerentemente global quase desde o início, e decididamente global a partir de 1843-1844, enfaticamente indicando, ao mesmo tempo, a *irreversibilidade da fase descendente do capital*”.

Para este autor, a *globalização* do capital não tem como funcionar como solução para os problemas sociais contemporâneos. Esses são da natureza do capital, as irreconciliáveis e antagônicas contradições manifestas, sobretudo, no estágio de crise estrutural global do sistema. Arremata Mészáros (2008, p. 76 – grifos no original), que a “própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação *causa/efeito*, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros *efeitos ilusoriamente desejáveis*, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas *causas*”.

É exatamente nesse ponto que entra o neoliberalismo, isto é, a política econômica que, segundo o sociólogo Chico de Oliveira (1995), no plano político, não alcançou a solução dos problemas mais graves da população, ao contrário, em vários aspectos, os fez piorar. No entanto, no plano da ideologia, o neoliberalismo vem conseguindo uma vitória espantosa, pois obtém apoio maciço de governos, inclusive dos que supostamente teriam vínculos com o movimento organizado dos trabalhadores, a exemplo do

chamado trabalhismo na Inglaterra e de Lula-Dilma no Brasil, cada um a seu modo e em seu contexto histórico (SANTOS; COSTA, 2012). A *globalização* e o neoliberalismo não são os principais responsáveis pelos problemas atuais, como passou a ser costume nas análises da ciência política contemporânea, quase sempre alinhadas com a esquerda, mas são características de uma crise sem precedentes na história do capitalismo. Para uma maior aproximação à designação dessas duas categorias, melhor seria expressá-las pelo binômio *global-neoliberal*, visto que atuam juntas e são constituições do próprio capital em crise profunda, tentando recuperar as perdas ou parte delas.

O neoliberalismo como teoria político-econômica ganhou força na virada dos anos de 1960 para a década seguinte e se espalhou rapidamente por todo o mundo. A “dignidade” e a “liberdade” individual foram os ganchos dessa conjectura, até então, limitadas pela intervenção constante do Estado Providência, ou Estado de Bem-Estar Social, que provia e controlava, mas cuja “descredibilidade” começou com o fim da grande onda expansionista do momento de “glória do capitalismo”.

Alguns dos principais teóricos do neoliberalismo, como Friedrich Hayek, Leopold Von Wiese, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, entre outros, veem-no como o “salvador” da economia mundial. Todavia, para outros autores, a exemplo de Boaventura de Souza Santos (2001), o neoliberalismo e a *globalização* aparecem como vilões. Para as análises que radicam sua base na materialidade histórica, com efeito, essas duas categorias são geradas pela própria crise com o objetivo de salvaguardar o lucro para o capital.

Quando aprofundamos o exame, iluminando-o com a metodologia do materialismo histórico-dialético, percebemos que o contexto pós-1970 exige que o Estado acione seus mecanismos para funcionar como o grande gerente (agora, chamado pomposamente de gestor) da crise. Ele, que antes era o “provedor”, agora pretende fiscalizar, monitorar e proteger o grande capital para que o mercado competidor possa agir sem embaraço. Contudo, esse chamado neoliberalismo não funciona como pensam os míopes analistas da hora, ou seja, com o esvaziamento da força estatal que, supostamente, se abasteceria para deixar livre a competição do mercado capitalista. O que, em essência, acontece é a formação de um Estado maior que nunca para proteger, com todos seus recursos, os empresários e suas propostas. Como explica Harvey (2008), a reforma do Estado deve estar relacionada às necessidades do mercado, o controle político deve ser abandonado e os recursos devem ser restringidos de forma a dar maior margem de atuação aos empresários, principalmente aos grandes.

É claro, portanto, como pontuam Netto e Braz (2008, p. 277), “que o objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais”. Na verdade, continuam esses autores, “ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (NETTO; BRAZ, 2008,

p. 227 - grifos no original).

Foi no cenário de crise profunda do capital envolto em agudas contradições que o capitalismo, para se salvar, chamou velhos procedimentos ressignificados em novas retóricas, procurando resguardar os princípios econômicos capitalistas. O caminho mais seguro foi olhar para trás e trazer de volta o que melhor se adaptaria ao quadro ressignificado: o neoliberalismo. Mas, antes disso, era preciso testá-lo. A ditadura posta em andamento pelo General Augusto Pinochet, com o apoio dos Estados Unidos, criara o ambiente propício para tal empreitada. O Chile, portanto, instaura a ferro, fogo e sangue, logo após o início do Estado ditatorial, as reformulações administrativas pedidas pelo então “recém-criado” neoliberalismo haiekiano. Assim, prova-se, resguardado por uma sangrenta ditadura, o neoliberalismo em substituição ao “velho” keynesianismo.

No âmbito mundial, como exposto em Santos (2012), depois de ser testado no Chile sob a ditadura de Pinochet, o grande salto do projeto neoliberal aconteceu com as eleições de Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Reagan nos Estados Unidos, um ano depois. Outros países de capitalismo avançado seguiram esse mesmo caminho. Entre eles, podemos citar a Dinamarca e a Alemanha. No continente latino-americano, o neoliberalismo chegou maciçamente com as eleições de Salinas, em 1988 no México, e Menem, um ano mais tarde na Argentina, seguidos do segundo mandato de Perez na Venezuela.

É desse modo que as teses de Haiek são desenterradas como capazes de salvar o capital da agonizante crise que se instala definitivamente nos anos de 1970. Para Torres (2014), o ressurgimento do haiekianismo acompanha, agora, Milton Friedman, bem como os chamados “garotos” da escola de Chicago, que orientam os Estados mundiais a pressionarem a esfera pública, o que deságua no sucateamento estatal que atende aos setores sociais.

As políticas sociais, importantes no processo de conciliação de classes tão necessário ao capital e ao Estado, são profundamente impactadas por essa onda neoliberal, uma vez que o fundo público passa a ser utilizado muito mais para salvaguardar o capital que para atender às necessidades da classe trabalhadora. O investimento do fundo público em defesa do capital ocorre de várias formas, como a concessão de incentivos fiscais, a garantia de salários indiretos (proteção social), a socialização dos prejuízos, o investimento na indústria bélica, a amortização da dívida pública, etc. Conforme Couri (2017), é impossível analisar o capitalismo sem relacioná-lo ao fundo público.

Isso porque, a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista, o fundo público, constituído a partir dos tributos pagos pelos trabalhadores, ou seja, do trabalho excedente, assumiu função indispensável. Ao mesmo tempo em que se propõe a socorrer o capital, ele assegura, por meio de políticas caritativas, mínimas condições de vida à classe trabalhadora. Assim, garante, ao mesmo tempo, a reprodução do capital e da força de trabalho, cumprindo o papel de manter a suposta conciliação de classes e a acumulação capitalista, embora a disputa entre a classe trabalhadora e o grande capital pelos recursos

do fundo público, por si mesma, já seja injusta e conflituosa (COURI, 2017).

Com a crise estrutural do capital e sua conseqüente política de ajuste neoliberal, o fundo público, que tem esse caráter essencialmente contraditório, passa a responder de forma ainda mais tendenciosa e direta aos interesses imediatos do capital. Esse quadro resulta no ataque aos direitos trabalhistas, em privatizações em larga escala, em cortes de impostos pagos pelos mais ricos acumulados largamente durante a onda keynesiana, entre outros elementos que acompanham a implantação do neoliberalismo. A ofensiva neoliberalizante, portanto, penetrou profundamente todos os campos da vida social. Setores como o da distribuição de água, do sistema de saúde coletiva pública, de segurança pública, de educação pública, antes intocados, passaram a ser encarados como *commodities*.

Isso tende a provocar um desequilíbrio na aparente paz social e a acirrar a luta de classes, uma vez que o foco não tem sido mais o consenso entre as classes, forte no Estado de bem-estar social, mas a garantia a todo custo da manutenção da ordem do capital. Para tanto, o Estado lança mão, de forma mais intensa, dos seus instrumentos de repressão e de convencimento. Nesse processo, o sistema de ensino burguês assume função de destaque, visto que é responsável por formar as novas gerações, adequando-as ao sistema sociometabólico do capital em crise.

É em meio a essa crise e às imposições do capital internacional que a educação, sobretudo nos países da América Latina, vem sendo substancialmente impactada, incorporando ranços de movimentos ultraconservadores fortemente difundidos, sobretudo, pelos Estados Unidos. No Brasil, o movimento “escola sem partido”, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reproduzem a onda ultraconservadora que avança em proporções globais ao tempo em que assume a lógica da qualificação para o mercado em crise, do esvaziamento do conhecimento e do aligeiramento da formação, bem como do entorpecimento do senso crítico, enquanto empresas avançam no mercado educacional, incorporando, além do ensino superior, também, a educação básica.

As políticas de ajuste neoliberal: rebatimentos na educação

A educação reflete a desigualdade que é inerente à sociedade burguesa. A organização do trabalho na sociedade de classes, que separa trabalho qualificado e trabalho simples, é refletida na determinação do tipo de educação que será acessada por cada classe. Nesse sentido, o Estado organiza o sistema educacional considerando as especificidades e necessidades do grande capital. A cada nova necessidade, o Estado é chamado a adequar, dentre outros segmentos sociais, o sistema de ensino.

Com o aprofundamento da crise estrutural do capital, a educação assume o compromisso de contribuir com a suposta sustentabilidade, a paz e a estabilidade dos países comprometidos com a agenda neoliberal, como revelam Rabelo, Jimenez e Segundo (2017). A conferência Mundial de Educação para Todo de 1990, em Jomtien, seguida pela Conferência de Nova Delhi, em 1993, e o Fórum de Dakar, em

2000, organizados e financiados por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, representam importantes marcos desse novo momento em que a educação se compromete com a disseminação da lógica neoliberal.

Segundo as autoras, ao mesmo tempo em que a universalização da educação se estabelece como uma importante meta, o discurso cai por terra ao observarmos que a promoção do conhecimento fica restrita às condições e às especificidades culturais de cada país. Estes países, por sua vez, assumiram o compromisso de implementar os ajustes e as reformas educacionais necessárias à consolidação da nova ordem. Por um lado, eles reconhecem a obrigatoriedade do Estado na garantia de educação pública e gratuita, por outro, afirmam a necessidade de parcerias com o setor privado e organizações não governamentais.

Com relação aos conteúdos, os saberes atitudinais são priorizados, restringidos ao campo dos valores, das competências, das habilidades e das relações interpessoais. Prevaecem os interesses particulares, as necessidades locais, o conhecimento imediato, em detrimento da apropriação dos conhecimentos clássicos produzidos historicamente pela humanidade (RABELO; JIMENEZ; SEGUNDO, 2017).

As políticas de avaliação impostas pelo Banco Mundial estimulam disputas por recursos entre os sistemas Federais, Estaduais e Municipais, bem como entre escolas, entre os professores e até entre estudantes, através de sistemas de beneficiamentos e premiações. O que prevalece é o discurso da meritocracia e a transferência de responsabilidades para os sujeitos particulares. Um exemplo é o discurso da valorização profissional através da qualificação, que empurra professores para cursos de formação continuada aligeirados, de qualidade duvidosa e custeados com recursos próprios (RABELO; JIMENEZ; SEGUNDO, 2017).

Foi essa lógica proveniente dos setores dominantes do capital, com centralidade no tecnicismo, na formação para o mercado e na secundarização do conhecimento que amparou a elaboração e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no Brasil, nos anos 1990, durante o primeiro governo de FHC. Do mesmo modo, ela respaldou a Reforma do Ensino Médio, implementada por Medida Provisória, em 2016, e transformada na Lei 13.415, em fevereiro de 2017, no Governo ilegítimo de Michel Temer; bem como a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), efetivada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2017, mas cujas negociações e elaboração foram iniciadas em 2015, no segundo governo Dilma Rousseff, assim como o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Isso desmonta a compreensão equivocada de que as decisões no campo educacional dizem respeito apenas a uma questão de boa vontade política. O que se evidencia é que, independentemente de o governo

ser mais ou menos democrático, a educação continua dando respostas à sua função histórica e cumprindo a agenda imposta pelo sistema econômico. Lukács (2013) explica que a educação em sentido estrito, ou seja, a educação escolarizada surge exatamente com o desenvolvimento das profissões, devido à complexificação do conhecimento acumulado e à necessidade de reproduzi-lo nas novas gerações.

Em períodos anteriores à revolução burguesa, considerando as sociedades escravista e feudal, a escolarização não era acessível à classe trabalhadora por não se fazer necessária, dada a baixa complexificação das atividades e dos instrumentos de produção. As ferramentas e técnicas de trabalho, por serem bastante rudimentares, não exigiam muita qualificação dos trabalhadores e a aprendizagem se dava no cotidiano do próprio trabalho.

Portanto, a generalização da educação à classe trabalhadora é uma especificidade do Estado burguês. O desenvolvimento dos instrumentos e das técnicas de trabalho e, conseqüentemente, a complexificação da produção, próprios da sociedade capitalista, passaram a exigir determinada qualificação da classe trabalhadora. Isso obrigou os capitalistas a se preocuparem com a formação dos trabalhadores. Sendo o Estado, conforme Mészáros (2011), o mecanismo de controle político do capital, ele assume a responsabilidade de adequar a força de trabalho às exigências do mercado produtivo.

Dentre alguns movimentos de âmbito mundial que implicam diretamente a educação destacam-se os intitulados “*No indoctrination*”³ e “*Homeschooling*”⁴, nos Estados Unidos, como parte de um movimento maior de avanço das forças ultraconservadoras. Esse movimento vem impactando diversos setores sociais, com destaque para política, a educação e a assistência social.

O resultado disso, no Brasil, pode ser observado no crescimento do número de famílias que vêm aderindo ao “*Homeschooling*” e garantindo a instrução domiciliar dos seus filhos, em um gesto de rejeição à escola. Em 2016, já chegava a seis mil o número de crianças brasileiras inseridas nesse modelo educacional (CRESCER, 2017). Ao mesmo tempo, ganha força o movimento intitulado “Escola sem Partido”, cuja principal ação, dentre outras, foi a elaboração de um projeto de lei de mesmo nome, apresentado em âmbito nacional e em vários estados da federação, que prevê a criminalização de professores acusados de ferirem os princípios de uma educação supostamente neutra por meio de uma intitulada “doutrinação ideológica”.

Em nome da neutralidade, nega-se o pensamento crítico e mantém-se a hegemonia do pensamento burguês. Nada mais apropriado para o sistema em crise, que precisa garantir a ordem e a paz social em detrimento da conservação incontestada da lógica burguesa. Nesse sentido, o “Escola sem Partido” cumpre a importante tarefa de manter a escola com partido único, aquele cuja lógica reflete e reforça o sistema sociometabólico do capital em crise.

Outro fenômeno, cuja essência repousa na crise do capital e nas políticas de ajuste neoliberais, que merece destaque é a privatização da educação que, no primeiro momento, abarcou de forma avassaladora

o ensino superior. Freitas (2017) explica que a intervenção dos organismos internacionais na educação cumpre duas funções. Por um lado, transforma o ensino superior em mercado promissor nos países da América Latina como Argentina, Chile, Colômbia, México e Brasil, por outro, isenta o Estado de sua obrigatoriedade em financiá-lo.

Embora o foco tenha sido o ensino superior, não podemos desconsiderar o avanço do processo de privatização também na educação básica. Na atual conjuntura, a escola pública tem sido espaço de disputas econômicas, culturais e políticas, com especial destaque para os empresários e setores religiosos (REBUÁ, 2017). Isso se evidencia tanto no movimento “Todos pela Educação”, de 2006, quanto no “Movimento pela Base Nacional Comum” (MPB) que se articulou entre 2015 e 2017.

Nos dois movimentos, estiveram empenhados grupos empresariais interessados em reformar a educação pública de modo a ajustá-la às necessidades do capital em crise. Dentre eles destacam-se HSBC, Itaú, Bradesco, Faber-Castell, Vale, Monsanto, Globo, Abril, Odebrecht, Gol, Santander, Credicard, Shell, Natura, Suzano Celulose, Samsung, Playstation, Nestlé, Avon, Dudalina, Odontoprev, Droga Raia, Boeing, Souza Cruz, Telefônica, Citibank, dentre outros (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017).

Além desses grupos empresariais, engrossam as fileiras dos reformadores da educação, as organizações não governamentais, como Instituto Ayrton Senna, Fundação Cesgranrio, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco etc. Outrossim, há a assessoria pedagógica de algumas prestadoras de serviço financiadas pelos grupos empresariais citados anteriormente, como CENPEC, que é financiado pelo Itaú, Unibanco e Bradesco com incentivos do governo federal e estadual, e a Comunidade Educativa CEDAC financiada, dentre outros, pelo Santander e o Grupo Votorantim (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017).

No primeiro semestre de 2018, a Kroton Educacional, maior empresa de educação do mundo, anunciou a compra da Somos por 4,7 bilhões de reais. A concretização dessa fusão não atinge apenas o ensino privado, mas também o sistema público, sobretudo, a educação básica por meio dos serviços de apostilamento. Kroton e Somos juntas, representam 20% do mercado de apostilas e a previsão é que 1,7 milhões de professores da rede pública façam uso dos seus produtos e serviços. Isso elevará as receitas oriundas da educação básica de 3% para 28% (AVANCINI, 2018).

Segundo Kenji (2018), aqueles que defendem a educação pública ainda não combateram inimigo mais poderoso que a Kroton, visto que existe uma diferença entre enfrentar instituições privadas que se associavam a entidades federativas e enfrentar um grupo econômico que controla 300 multinacionais com possibilidade de provocar alterações no ritmo da economia. Vale ressaltar que, junto com o Fies e o Prouni, as transferências de recursos de fundo público foram fundamentais para a constituição de grandes empresas educacionais como a Kroton, a Ser Educacional, a Estácio de Sá Participações etc.

As imposições de grupos empresariais nas decisões acerca dos rumos da educação brasileira

ficaram mais explícitas em 2010, com a divulgação de um documento pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentando diretrizes para formação do trabalhador brasileiro. De acordo com o documento, os conhecimentos que devem ser dominados pelos estudantes são a leitura, a escrita, as quatro operações matemáticas e a compreensão da lógica formal simples, ou seja, a relação entre causa e efeito. A partir de então, as reformas educacionais deveriam ser orientadas por essa perspectiva (KENJI, 2018).

A educação se apresenta, portanto, como arena de disputas de poder e a mais clara expressão da separação capital e trabalho. O capital tem vencido essa disputa com vantagem esmagadora, e as possibilidades de formação da classe trabalhadora, em uma perspectiva que nem nomearíamos emancipadora, mas pelo menos universal, vêm sendo cada vez mais rebaixadas. Isso lança por terra a compreensão de que na “aldeia global” a riqueza circularia com mais desenvoltura e as possibilidades de usufruto dos bens materiais e culturais estariam postos.

Notas conclusivas

Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar
Eu vivo no mundo com medo, do mundo me atropelar
E o mundo por ser redondo, tem por destino embolar
Desde quando o mundo é mundo, nunca pensou de parar
E tem hora que até me canso de ver o mundo rodar.
(Siba Veloso)

A reflexão contemporânea filosófico-social sobre o tempo e o espaço, sobretudo a que se alinha aos chamados modismos teóricos, costuma desconsiderar a objetividade material do tempo-espaço e sua independência de nossa consciência. Como o espaço objetivo e material dessa exposição é limitada a um relógio, não tenho tempo para apresentar um contraponto necessariamente profundo a essas irracionalidades. Sendo assim, contentamo-nos em delimitar alguns apontamentos conclusivos sem pretensão alguma de sufocar o debate, tampouco esgotá-lo.

Apesar de parte significativa da sociologia alegar que a chamada *globalização* rompeu fronteiras e barreiras culturais, assistimos, em todo o continente europeu, o aumento incontestável da intolerância aos estrangeiros. Há inumeráveis casos de violação dos direitos humanos de africanos, latinos, europeus do Leste, entre outros; mas, apesar dessa constatação, que, ao fim e ao cabo, é admitida pela reprodução capitalista, multiplicam-se aos milhares e milhares os trabalhadores precarizados ilegalmente. Vários exemplos poderiam ser elencados, mas elegemos a infeliz constatação, flagrada a olhos nus por toda a Europa, da quantidade de músicos tocando nas ruas ou nos trens em troca de centavos, pedintes nas estações, desempregados furtando carteiras, entre outros descuidistas e descuidados.

Onde estão as quebras de barreiras e fronteiras comemoradas pelos analistas da hora? Se estivéssemos em uma mesa de bar, divagando sobre a vida com toda a imersão que comporta a esfera cotidiana e, portanto, desprovidos das mediações científicas necessárias para que se analise o tema,

poderíamos dizer: pergunta difícil não vale!

Contudo, para valorizar a oportunidade de estarmos ocupando, privilegiadamente, o espaço de reflexão científica e para respeitarmos o fato largamente reconhecido pelos clássicos do marxismo de que se aparência coincidissem com essência, a ciência seria desnecessária, ousamos registrar que, dentro do contexto de crise estrutural do capital, caberia ao neoliberalismo e à *globalização*, em linhas gerais, a seguinte síntese: o primeiro seria responsável por propor uma nova leitura político-econômica da realidade, cuja adequação ao capital tentaria melhor responder à falência das políticas totalizantes do Estado de Bem Estar Social. Tal falência, antes posta a cabo pelo keynesianismo, abriria agora total liberdade para que o público fosse invadido pela iniciativa privada. Aos governos neoliberais competiria apenas operacionalizar as políticas focalistas, parcelizadas, contingencialistas e particularistas (aqui entraria a questão da imigração, por exemplo). A *globalização*, por seu turno, ficaria a cargo de garantir a condição ideológico-cultural capaz de fazer com que todos os habitantes de uma suposta “aldeia global” se sintam incluídos no mar de usufrutos dos bens produzidos pelo capitalismo.

Com efeito, como a educação no Estado burguês foi estruturada visando dar respostas ao sistema produtivo, ela está sempre alinhada às necessidades de reprodução do capital. A partir da implementação das políticas neoliberais que buscam minimizar os efeitos da crise estrutural do capital, os ajustes impostos à educação assumem caráter cada vez mais perverso.

Para sintetizar, as reformas educacionais interessam e, por isso, são determinadas pelo mercado capitalista. Esse interesse somente será compreendido se considerarmos que ele não se restringe apenas ao aspecto mercadológico. Mesmo compreendendo que a educação, de fato, é uma mercadoria cara e se apresenta como mercado promissor, devemos considerar, ainda, que a escola representa um importante instrumento de reprodução da lógica burguesa. Esses são dois fatores que cobram da crise estrutural do capital, por meio do binômio global-neoliberal, depositar sobre a escola toda uma demanda reformista para adequá-la aos imperativos das necessidades do capitalismo contemporâneo em crise crônica.

Notas

¹ Mézáros (2003) argumenta, procurando apontar as causas da impossibilidade de haver saída por dentro do próprio capital, que a dimensão horizontal na divisão social internacional do trabalho, sempre subordinada às determinações verticais, impossibilita o livre desenvolvimento das forças produtivas.

² Para Chesnais (1996), mundialização seria o termo mais adequado para definir o estágio atual do capital. Essa denominação apresentaria duas principais características que a diferenciam da expressão *globalização*, a saber: é derivada do francês em vez do inglês, que é o idioma internacional do capital; e carrega em si o mérito de diminuir em alguma medida o efeito ideológico produzido pelo termo *globalização*.

³ Movimento iniciado nos Estados Unidos cuja centralidade é o combate ao pensamento político de esquerda, à teoria evolucionista de Darwin, às discussões de gênero etc. em nome de uma educação supostamente neutra.

⁴ Movimento também iniciado nos Estados Unidos contra a escolarização e em defesa da garantia de instrução domiciliar às crianças.

Referências

- ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Corrêa das; PICCININI, Cláudia Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. *Anais*. Niterói: UFF, 2017. Disponível em: www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf . Acesso em: 08 de ago. de 2018.
- AVANCINI, Marta. Só cadernos de economia destacam fusão da Kroton e Somos. *Jeduca*, São Paulo, 15 mai. 2018. Disponível em: <http://googleweblight.com/i?u=http://jeduca.org.br/texto/so-cadernos-de-economia-destacam-fusao-da-kroton-e-somos&hl=pt-BR> . Acesso em: 06 de ago. de 2018.
- BORÓN, Atilio. Hegemonia e resistências sociais na nova ordem mundial. SEMINÁRIO INTERNACIONAL PÓS-NEOLIBERALISMO, 3. [Painel]. Rio de Janeiro: CLASCO – LPP-UERJ, 22 out. 2002.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COURI, Joseane. As implicações da crise do capital sobre o fundo público. *Rev. Serviço Social em Perspectiva*, v. 1, n. 1, p. 179-200, jan/jun, 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/55440487-As-implicacoes-da-crise-do-capital-sobre-o-fundo-publico-the-implications-of-the-capital-crisis-on-the-public-fund.html> Acesso em: 06 de ago. de 2018.
- FREITAS, Luciana da Costa. Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington. *Rev. Universidade e Sociedade*, ano XXVII, n. 60, p. 28-40, jul/2017.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HOMESCHOOLING: Brasil já tem 6 mil crianças sendo educadas em casa. *Revista Crescer*, Rio de Janeiro, jan. 2017. Disponível em : <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2017/01/homeschooling-brasil-ja-tem-6-mil-criancas-sendo-educadas-em-casa.html> . Acesso em: 28 de jul. de 2018.
- KENJI, Allan. Kroton Educacional: ‘Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse’. Entrevista: ANTUNES, André. *Portal EPSJV/Fiocruz*, Rio de Janeiro. 27 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse> . Acesso em: 06 de ago. de 2018.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Livro II. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1848]. *Manifesto do partido comunista*. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, out. n. 4, 2000, pp. 07-15.
- MÉSZÁROS, István . *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István . *Século XXI: Socialismo ou Barbárie*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István . A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 94-132.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Neto. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OSTERNE FILHO et al. O impacto da aceleração tempo-espaço nas relações de produção. *Cadernos de Pesquisa*. São Luís, v. 21, n. 2, pp. 83-96, mai./ago. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307820535_O_IMPACTO_DA_ACCELERACAO_TEMPO-ESPACO_NAS_RELACOES_DE_PRODUCAO Acesso em: 06 de ago. de 2018.

PETRAS, James. O papel dos intelectuais na transformação social. In: RAMPINELLI, Waldir José et al. (Orgs.). *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.

RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. *O movimento de educação para todos e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

REBUÁ, Eduardo. A educação disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno – entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo. *Rev. Universidade e Sociedade*, ano XXVII, n. 60, p.100-111, jul/2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/83125044-A-educacao-disputada.html> Acesso em: 08 de ago. de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Deribaldo. *Graduação Tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário*. Curitiba: CRV, 2012.

SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana (Orgs.). *Ontologia, estética e crise do capitalismo contemporâneo*. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.

TORRES, Francisco Rafael Parente. *Trabalho e educação: a graduação tecnológica no contexto da crise estrutural do capital*. 2014. Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá/CE.

VELOSO, Siba. *Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar*. São Paulo: Batuka, 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eLUvDpM_JSo . Acesso em: 26 de jul. de 2018.